

## Boletim n° 373/2011 – Seção II

### EDITAL DE ABERTURA

#### Concurso Público nº 01/2011

De ordem do Excelentíssimo Senhor PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais DECLARO abertas as inscrições para provimento de cargos de Auditor Público Externo, Nível III, Classe A, nas categorias de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Bacharel em Ciências Econômicas e Bacharel em Administração de Empresas e/ou Pública, integrantes do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, em um dos seguintes Serviços Regionais de Auditoria: Caxias do Sul, Erechim, Frederico Westphalen, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo e na Sede, em Porto Alegre, nas condições especificadas neste Edital de Abertura do Concurso.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O presente Concurso será regido, em todas as suas fases, pela Resolução nº 898/2010, publicada no Diário Eletrônico do TCERS de 17/12/2010 e pelas normas expressas neste Edital.
- 1.2. O Concurso Público para provimento de cargos de Auditor Público Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul será coordenado pela Comissão Organizadora do Concurso nomeada pelo Conselheiro-Presidente e será executado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul – FMP/RS, contratada conforme Processo Administrativo nº 2576-0200/11-0.
- 1.3. A divulgação oficial das informações referentes a este Concurso Público dar-se-á pela publicação de editais no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, no Diário Eletrônico do TCERS e nos sítios [www.concursosfmp.com.br](http://www.concursosfmp.com.br) e [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br).
- 1.4. O conteúdo programático das provas a serem aplicadas no presente processo seletivo encontra-se detalhado no Anexo I.
- 1.5. O valor da taxa de inscrição é de **R\$ 121,70 (cento e vinte e um reais e setenta centavos)**, para todas as categorias profissionais, de acordo com Instrução Normativa RE Nº 010/11, de 27/01/2011, da Subsecretaria da Receita Estadual.

#### 2. DO CARGO, VAGAS, REMUNERAÇÃO E REQUISITOS

2.1. **Cargo: Auditor Público Externo - APE** – nas categorias de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Bacharel em Ciências Econômicas e Bacharel em Administração de Empresas e/ou Pública.

##### 2.2. Vagas:

- a) **24 VAGAS** para Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais ou Direito, sendo 3 (três) reservadas para candidatos com deficiência;
- b) **06 VAGAS** para Bacharel em Ciências Econômicas, sendo 1 (uma) reservada para candidato com deficiência;
- c) **09 VAGAS** para Bacharel em Administração de Empresas e/ou Pública, sendo 1 (uma) reservada para candidato com deficiência.

2.2.1. Os candidatos concorrem a vagas distintas por categorias profissionais, sendo vedada a inscrição em mais de uma categoria.

2.3. **Remuneração do Auditor Público Externo, Nível III, Classe A é: R\$ 9.454,98** (vencimento básico: R\$ 5.529,23 + Gratificação de Apoio ao Controle Externo – GACE: R\$

3.925,75). Valor relativo à remuneração do mês de março de 2011.

**2.4. Regime de trabalho:** 40 (quarenta) horas semanais.

**2.5. Escolaridade exigida para nomeação:** bacharelado na respectiva categoria profissional.

### **3. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO**

**3.1.** São atribuições do cargo de acordo com a Lei Estadual nº 13.268/2009:

a) realizar inspeções e auditorias nas unidades administrativas dos Poderes do Estado e dos Municípios, bem como do Ministério Público e da Defensoria Pública Estaduais, nos termos constitucionais vigentes, inclusive visando à apuração da confiabilidade dos sistemas de controle interno e à obtenção de todos os elementos necessários à formação de juízo sobre as contas dos responsáveis;

b) proceder à análise, interpretação e avaliação dos elementos necessários à emissão de Parecer Prévio das Contas do Governador do Estado e dos Prefeitos Municipais;

c) examinar as contas dos responsáveis por bens e valores públicos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Públicos Estadual e Municipais, bem como de outros órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado;

d) planejar, organizar, implantar e avaliar metodologia de fiscalização quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e auxílios, e renúncia de receitas;

e) examinar e instruir os processos de admissão de pessoal, a qualquer título, nas Administrações Estadual e Municipais, para fins de registro, nos termos da Constituição, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão;

f) avaliar a eficiência e a eficácia do controle interno mantido no âmbito do Estado e dos Municípios;

g) examinar e instruir os processos de inativações, reformas e pensões nas Administrações Estadual e Municipais, para fins de registro, nos termos da Constituição;

h) realizar atividades correlatas.

### **4. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO**

**4.1.** São requisitos para o ingresso no cargo:

I. ter sido aprovado e classificado no Concurso, na forma estabelecida neste Edital;

II. ser brasileiro, nato ou naturalizado, e gozar das prerrogativas contidas no artigo 12 da Constituição Federal;

III. estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;

IV. possuir os documentos comprobatórios da escolaridade exigida, conforme subitem 2.5 deste edital;

V. ter idade mínima de dezoito anos;

VI. estar apto física e mentalmente para as atribuições do cargo;

VII. ter boa conduta pública e privada.

**4.2.** Os requisitos deste artigo deverão ser comprovados pelo candidato por ocasião da **posse**.

### **5. DAS INSCRIÇÕES**

**5.1.** A inscrição do candidato implica o conhecimento das presentes disposições e a tácita aceitação das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos, comunicados e instruções específicas para a realização do concurso, acerca das quais não poderá alegar

desconhecimento.

**5.2.** O candidato deverá recolher o valor da taxa de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidas para o Concurso. Salvo se cancelada a realização do Concurso, não haverá, em nenhuma outra hipótese, devolução do valor da inscrição, mesmo que o candidato, por qualquer motivo, tenha efetuado pagamento em duplicidade ou que tenha sua inscrição não homologada.

**5.3.** A inscrição ao Concurso será realizada exclusivamente via *internet*, no período das 9 horas do dia **13 de abril de 2011** até as 20 horas (horário de Brasília) do dia **18 de maio de 2011**, e deverão ser efetuadas de acordo com as seguintes orientações:

**a)** acessar o endereço eletrônico [www.concursosfmp.com.br](http://www.concursosfmp.com.br) durante o período de inscrições;

**b)** ler atentamente o Edital de Abertura do Concurso e o Formulário Eletrônico de Inscrição;

**c)** preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição e transmitir os dados via **Internet**, escolhendo atentamente a **categoria profissional** para a qual pretende concorrer. A Fundação Escola Superior do Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul não se responsabilizam por inscrições efetuadas para categorias profissionais pelas quais não pretende candidatar-se;

**d)** imprimir o boleto bancário para pagamento do valor da taxa de inscrição, verificando **antes** se a categoria profissional impressa no boleto corresponde à categoria para qual deseja concorrer;

**e)** Efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio do boleto bancário, pagável em qualquer agência bancária, no valor de **R\$ 121,70**;

**5.4.** A FMP - Concursos disponibilizará, em sua sede, na Rua Cel. Genuíno nº 421, 6º e 7º andares, em Porto Alegre – RS, durante os dias úteis do período das inscrições, no horário das 9h às 18h, computadores com acesso à internet e pessoal para atendimento dos candidatos interessados.

**5.5.** A inscrição efetuada via *internet* somente será confirmada após a FMP - Concursos ser notificada, pelo TCERS, do pagamento da taxa de inscrição.

**5.6.** Não terão eficácia as solicitações de inscrição via *internet*, cujos pagamentos forem efetuados após 24 (vinte e quatro) horas do término do encerramento das inscrições, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga extemporaneamente. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento das agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

**5.7.** Não se exigirá do candidato, no ato da inscrição, a apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o atendimento das condições e a veracidade dos dados informados, sob as penas da lei.

**5.8.** O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e a FMP – Concursos não se responsabilizam por solicitações de inscrições via *internet* não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

**5.9.** Não serão aceitas inscrições pagas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile (fax), transferência ou depósito em conta corrente, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.

**5.10.** Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito, a exceção das alterações permitidas conforme consta no subitem 18.4.

- 5.11. Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas aquela cujo pagamento foi efetivado primeiramente.
- 5.12. O candidato não deficiente que necessitar de condição especial para realização das provas deverá requerê-la via SEDEX, ou entregar pessoalmente, à FMP - Concursos, até o último dia do prazo para as inscrições, devendo apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) que justifique o atendimento especial solicitado. Os requerimentos serão analisados pela FMP – Concursos e terão seu deferimento ou indeferimento publicados juntamente com o edital de homologação das inscrições.
- a) O candidato que não requerer a condição especial, até o último dia do prazo para realização das inscrições, não poderá fazê-lo em momento posterior, seja qual for o motivo alegado;
- b) O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 5.13. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada para tanto, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes do subitem 5.12, para adoção das providências necessárias.
- 5.13.1. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.
- 5.13.2. A criança deverá permanecer no ambiente reservado para amamentação, acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).
- 5.13.3. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 5.13.4. Na sala reservada para amamentação ficará somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata;
- 5.14. O descumprimento das instruções para inscrição implicará a sua não efetivação.

## **6. DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

- 6.1. Às pessoas com deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, no Decreto Federal n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações previstas no Decreto Federal n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, na Lei Estadual n.º 13.320, de 21 de dezembro de 2009 e suas alterações, é assegurado o direito de inscrição para o cargo deste concurso, desde que as deficiências não sejam incompatíveis com o exercício das atribuições do cargo.
- 6.2. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias mencionadas no artigo 2º, da Lei Estadual n.º 13.320, de 21 de dezembro de 2009 e suas alterações.
- 6.3. **Aos candidatos com deficiência é assegurado o direito à isenção da taxa de inscrição**, em conformidade com art. 91 e seguintes, da Lei Estadual n.º 13.320, de 21 de dezembro de 2009.
- 6.4. Para fazer jus à isenção o candidato com deficiência não poderá possuir renda superior a um salário mínimo e meio nacional, “per capita” familiar.
- 6.4.1. Para pleitear a isenção, o candidato deverá preencher o formulário eletrônico e fazer sua inscrição no sítio [www.concursosfmp.com.br](http://www.concursosfmp.com.br), e, antes de finalizar a inscrição, deverá imprimir o formulário para posterior envio a FMP – Concursos, juntamente com a documentação de comprovação da condição de pessoa com deficiência; na sequência, o candidato deverá finalizar a inscrição **sem imprimir o boleto**.
- 6.4.2. Para comprovar a condição de pessoa com deficiência para fins de isenção da taxa de

inscrição o candidato deverá encaminhar via SEDEX, ou entregar pessoalmente, à Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP – Concurso - Concurso TCE-RS - Ref. Isenção de taxa de inscrição - Rua Cel. Genuíno nº 421, 6º andar - Porto Alegre- RS- CEP 90010-350, os seguintes documentos:

- a) cópia do Formulário de inscrição eletrônica com todos os dados cadastrais, conforme subitem 6.4.1 deste edital;
  - b) cópia autenticada do documento de identidade;
  - c) atestado médico fornecido por profissional cadastrado pelo Sistema Único de Saúde – SUS – que comprove a deficiência, devendo constar neste o nome completo do candidato, o número de identidade e o respectivo CID expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes da data do término das inscrições.
  - d) comprovante de rendimentos, comprovando renda até um salário mínimo e meio nacional, “per capita” familiar ou declaração firmada sob as penalidades da lei, dando conta de que não exerce atividade laborativa, cujo rendimento líquido não ultrapasse a renda máxima exigida por lei para fazer jus a isenção.
- 6.4.3. Os documentos com o pedido de isenção devem ser encaminhados à FMP – Concursos até o décimo dia útil a contar do início do período de inscrições. Para comprovação do cumprimento do prazo valerá a data da postagem.
- 6.4.4. As informações prestadas, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do candidato, respondendo, inclusive, penalmente por qualquer falsidade, nos termos dos arts. 299 e 304 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal Brasileiro.
- 6.4.5. O edital de deferimento/indeferimento de isenção de taxa de inscrição será publicado no Diário Oficial do Estado e no Diário Eletrônico do TCERS em até dois dias úteis antes da data de encerramento do período de inscrição para todos os candidatos. Não sendo acolhido o pleito de isenção o candidato deverá providenciar no período referido nos subitens 5.3 e 5.6 o pagamento da taxa de inscrição.

**6.5. Aos candidatos com deficiência serão reservados 10% (dez por cento) do número de vagas** e, em caso de fração, será arredondado para o número inteiro imediato, garantidas as condições especiais necessárias a sua participação no certame; sendo de responsabilidade do candidato trazer os instrumentos e equipamentos necessários à feitura das provas, previamente autorizados pela FMP - Concursos.

- 6.5.1. As pessoas com deficiência, ressalvadas as disposições especiais desta Seção, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que diz respeito ao horário de início, ao local de aplicação, ao conteúdo e à avaliação das provas; aos critérios de aprovação, ao posicionamento na classificação geral para fins de escolha das vagas de lotação e de antiguidade na carreira e a todas as demais normas de regência do concurso.
- 6.5.2. O candidato com deficiência, para se beneficiar da reserva de vaga, deverá declarar, quando da inscrição, ser pessoa com deficiência, indicando-a no Formulário Eletrônico de Inscrição e, deverá encaminhar via SEDEX ou entregar pessoalmente, para a Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP - Concurso - TCE-RS - Ref. Laudo Médico - Rua Cel. Genuíno nº 421, 6º andar- Porto Alegre- RS- CEP 90010-350, o relatório médico detalhado, original, e expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes da data do término das inscrições, que contenha o tipo e o grau ou nível da deficiência, com a respectiva descrição e enquadramento na Classificação Internacional de Doenças (CID), e a sua provável causa ou origem, bem como indicar, se necessário, o tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas, observado o disposto no subitem 6.5. Ao Laudo Médico deverão ser anexadas as seguintes informações: nome completo, número do

documento de identidade (RG), número do CPF, e-mail e número do telefone para contato (ver ANEXO IV). Para comprovação do cumprimento do prazo, valerá a data da postagem.

- 6.5.3. Na falta do relatório médico, ou não contendo este todas as informações descritas no subitem anterior, o requerimento de inscrição será processado como de candidato sem opção pela reserva de vaga, mesmo que declarada tal condição no ato da inscrição.
- 6.5.4. O candidato com deficiência, caso necessite de algum atendimento e/ou condição especial para a realização da prova (prova ampliada, acesso especial, mesas apropriadas ao uso de cadeira de rodas, entre outros), deverá solicitá-lo em formulário específico (ver ANEXO III), que deverá acompanhar o laudo médico, conforme subitem 6.5.2 deste edital.
- 6.5.5. Os candidatos que não atenderem ao disposto no subitem 6.5.4 não terão o atendimento e/ou condição especial para a realização das provas.
- 6.5.6. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise, pela FMP - Concursos, da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 6.5.7. O candidato que solicitar prova especial ampliada deverá indicar o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 24 ou 28. Não havendo indicação do tamanho da fonte, a prova será confeccionada em fonte 18.
- 6.5.8. O laudo médico de que trata o subitem 6.5.2, a ser apresentado pelo candidato, terá validade somente para fins de inscrição deste Concurso Público e não será devolvido.
- 6.5.9. Após a investidura, a deficiência não poderá ser arguida para pleitear a concessão de aposentadoria por invalidez.
- 6.5.10. Não ocorrendo aprovação de candidatos com deficiência para o preenchimento das vagas reservadas, essas serão providas pelos demais candidatos aprovados, com a estrita observância da ordem de classificação.
- 6.5.11. Os candidatos com deficiência concorrerão em listas classificatórias próprias de vagas legalmente reservadas, devendo também atingir o desempenho mínimo previsto no item 12 deste Edital para serem aprovados.

## **7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

- 7.1. Compete à FMP - Concursos pronunciar-se sobre o deferimento das inscrições e, após, submeter o expediente à homologação do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
- 7.2. A homologação das inscrições será publicada, por meio de edital, no Diário Oficial do Estado e no Diário Eletrônico do TCERS e divulgada nos sítios [www.concursosfmp.com.br](http://www.concursosfmp.com.br) e [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br). Da decisão de homologação caberá recurso nos termos do item 13 deste edital.
- 7.3. No edital de homologação das inscrições, constará a lista dos candidatos que tiveram suas inscrições provisórias homologadas na condição de pessoa com deficiência. Deste edital caberá recurso em conformidade com o item 13 deste edital.

## **8. DAS ETAPAS DO CONCURSO**

8.1. A seleção para este concurso será composta das seguintes etapas:

- a) a 1ª Etapa será composta por:

a.1) uma prova objetiva de Conhecimentos Básicos (P1), de caráter eliminatório e classificatório, contendo 70 (setenta) questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas, sendo somente uma delas correta. As questões serão de igual conteúdo para todas as categorias profissionais e versarão sobre as disciplinas previstas no ANEXO I deste Edital e de acordo com a seguinte estrutura de conteúdos:

Item	Conteúdo	Nº Questões
I	Língua Portuguesa	10
II	Controle na Administração Pública	10
III	Auditoria Governamental	20
IV	Administração Financeira e Orçamentária	15
V	Noções de Informática	10
VI	Atualidades na perspectiva da Administração Pública	05

a.2) uma prova discursiva (P2), de caráter eliminatório e classificatório, contendo 02 (duas) questões. As questões serão de igual conteúdo para todas as categorias profissionais. A prova discursiva destina-se a avaliar, no contexto do exercício das atribuições do cargo, o desenvolvimento articulado dos temas abordados nos itens II, III, IV e VI da prova objetiva da primeira etapa, apresentados no ANEXO I deste Edital e, ainda, a capacidade de expressão escrita do candidato, de forma clara, objetiva e consistente, demonstrando domínio da norma padrão da Língua Portuguesa e de suas estruturas.

Item	Conteúdo	Nº Questões
VII	Questões discursivas com foco na combinação dos conteúdos II, III, IV e VI da prova objetiva da primeira etapa.	02

b) a 2ª Etapa será composta por uma prova objetiva de Conhecimentos Específicos (P3) de caráter eliminatório e classificatório, com 100 (cem) questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas, sendo somente uma delas correta, as quais versarão sobre as disciplinas previstas no ANEXO I deste Edital. A prova objetiva da segunda etapa será específica para cada categoria profissional, de acordo com a seguinte estrutura:

**b.1) Prova de Conhecimentos Específicos (Ciências Jurídicas e Sociais ou Direito)**

Item	Conteúdo	Nº Questões
I	Direito Constitucional	20
II	Direito Administrativo	20
III	Direito Financeiro e Tributário	15
IV	Direito Civil e Empresarial	10
V	Direito Processual Civil	10
VI	Direito Penal	05
VII	Direito do Trabalho	05
VIII	Direito Previdenciário	10
IX	Direito Ambiental	05

**b.2) Prova de Conhecimentos Específicos (Ciências Econômicas)**

Item	Conteúdo	Nº Questões
I	Teoria Econômica	10
II	Economia Brasileira	10
III	Economia do Desenvolvimento	15
IV	Finanças Públicas	20
V	Noções de Políticas Públicas	15
VI	Matemática Financeira	10
VII	Estatística	10
VIII	Noções de Direito Constitucional e Administrativo	10

**b.3) Prova de Conhecimentos Específicos (Administração de Empresas e/ou Pública)**

Item	Conteúdo	Nº Questões
I	Teoria e Análise Organizacional	15
II	Administração Pública	15
III	Administração de Recursos Humanos	15
IV	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	05
V	Noções de Políticas Públicas	15
VI	Matemática Financeira e Estatística	10
VII	Noções de Sistemas de Informação	15
VIII	Noções de Direito Constitucional e Administrativo	10

**9. DA ESTRUTURA DAS PROVAS**

**9.1.** O conteúdo programático do concurso é o especificado no ANEXO I do presente Edital, ficando reservado à FMP - Concursos arguir o candidato em face de alterações legislativas publicadas até a data da publicação deste edital.

**9.2.** Nas provas objetivas (P1 e P3), os candidatos entregarão, tão somente, a Folha de Respostas personalizada para avaliação mediante leitura óptica, podendo ausentar-se da sala de provas somente depois de transcorridas 1 hora e 30 minutos de prova, levando o caderno de questões.

9.2.1. A avaliação das provas far-se-á exclusivamente por meio da Folha de Respostas personalizada, sendo nula qualquer outra forma de avaliação. Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, mesmo que uma delas esteja correta. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, vez que qualquer marca poderá ser identificada pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa dos Cadernos de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.

**9.3.** O candidato será o único responsável pelos prejuízos advindos de marcações incorretas na Folha de Respostas.

**9.4.** A prova objetiva da primeira etapa terá igual conteúdo para todas as categorias profissionais. A prova objetiva da segunda etapa será específica para cada categoria



profissional, de acordo com a estrutura descrita no subitem 8.1 "b".

**9.5.** Do gabarito provisório das provas objetivas cabe recurso conforme descrito no item 13 deste edital.

**9.6.** A prova discursiva (P2) será composta por duas questões de igual conteúdo para todas as categorias profissionais.

9.6.1. As questões discursivas serão desenvolvidas pela Banca Examinadora tendo como base relatos de casos.

9.6.2. O candidato terá um espaço pré-determinado pela Banca Examinadora de 15 (quinze) a 30 (trinta) linhas para discorrer sobre o assunto proposto.

9.6.3. O conteúdo programático da prova discursiva compreende os itens II, III, IV e VI da prova objetiva da primeira etapa, na perspectiva da administração pública.

9.6.4. Será atribuída nota ZERO à prova Discursiva que:

- a) for assinada fora do local apropriado;
- b) apresentar qualquer sinal que de alguma forma possibilite a identificação do candidato;
- c) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade;
- d) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

9.6.5. A prova discursiva será composta de duas questões com pontuação máxima de 15 pontos cada.

## **10. DA APLICAÇÃO DAS PROVAS**

**10.1.** As 1ª e 2ª Etapas serão realizadas em dois domingos consecutivos, sendo que a 1ª Etapa será realizada no primeiro domingo, e a 2ª Etapa, no segundo domingo.

**10.2.** As provas objetiva de Conhecimentos Básicos e discursiva da primeira etapa terão duração de 5 (cinco) horas, sendo este o tempo total para realização das duas provas.

**10.3.** A prova objetiva de Conhecimentos Específicos da segunda etapa terá duração de 5 (cinco) horas.

**10.4.** As provas da 1ª e da 2ª Etapas serão realizadas na cidade de Porto Alegre, e as **datas previstas** para realização das mesmas são os dias **10 e 17 de julho de 2011**.

10.4.1 A confirmação da data das provas e as informações sobre horários e locais serão divulgadas por meio de Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado e no Diário Eletrônico do TCERS e divulgado nos sítios [www.concursosfmp.com.br](http://www.concursosfmp.com.br) e [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br), com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

10.4.2 Ambas as etapas terão a aplicação das provas com início às 13h e os portões serão abertos às 12h.

10.4.3 Não haverá segunda chamada ou repetição de prova. O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, do local e/ou do horário de realização das provas como justificativa de sua ausência.

**10.5** O candidato só poderá realizar as provas na data, no horário e no local constante do Edital de Convocação.

**10.6** Para ser admitido às provas do concurso, o candidato deverá exhibir documento de identidade com fotografia recente, em conformidade com o subitem 10.7 deste edital e com o comprovante de inscrição em local e hora previamente determinados com, **no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência, munidos de caneta esferográfica confeccionada em material transparente de cor preta ou azul.**

**10.7** Somente será admitido à sala de prova o candidato que estiver portando documento de

identidade original que o identifique, como: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe que, por força de lei, tem validade como documento de identidade, a exemplo das carteiras da OAB, CREA, CRM, CRC, etc; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97).

10.7.1 Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

10.7.2 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar boletim de ocorrência expedido por órgão policial há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendidas a coleta de assinaturas e impressão digital em formulário específico.

**10.8** O não comparecimento à prova, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

**10.9.** Quando da assinatura da lista de presença, será solicitada a autenticação digital do candidato.

**10.10** Durante a prova, não será permitido o uso de corretivos de nenhuma espécie. Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem posse ou uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações e relógios de qualquer tipo.

10.10.1 Eventuais pertences pessoais dos candidatos, tais como bolsas, sacolas, bonés, chapéus, gorros ou similares, carteiras, equipamentos eletrônicos - como os indicados no subitem 10.10, deverão ser lacrados pelo candidato, antes do início das provas, utilizando saco plástico fornecido pela FMP - Concursos no dia das provas, exclusivamente para este fim.

10.10.2 Os pertences pessoais lacrados serão acomodados no local indicado pelos fiscais da sala de prova, onde deverão permanecer durante todo o período de permanência dos candidatos no local de prova. Ao término de cada prova, o candidato poderá levar consigo o saco plástico lacrado. A FMP - Concursos não se responsabilizará por perda ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização da prova, nem por danos neles causados.

10.10.3 Os celulares deverão ter suas baterias retiradas antes de serem colocados nos sacos plásticos.

10.10.4 os aparelhos eletrônicos deverão permanecer lacrados e desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.

**10.11.** Durante a realização da prova, sob pena de exclusão do certame, é vedado ao candidato:

- a) não apresentar documento que bem o identifique, de acordo com o subitem 10.6;
- b) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorrida uma hora e meia do início das provas;
- c) anotar as informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio que não o fornecido pela FMP - Concursos no dia das provas;
- d) ausentar-se da sala de prova levando a Folha de Respostas, o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- e) portar armas na sala de prova, mesmo que possua o respectivo porte;

- f) utilizar-se de meios ilícitos para a execução das provas;
- g) não devolver integralmente o material recebido, exceto o Caderno de Questões, após 1 hora e 30 minutos do início das provas, caso queira sair da sala de provas;
- h) comunicar-se, durante a realização das provas, com outro candidato, utilizando-se de quaisquer dos recursos mencionados no subitem 10.10;
- i) entregar a prova além do limite de tempo fixado para sua realização;
- j) utilizar qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações e relógios de qualquer tipo.
- k) tratar inconvenientemente ou agir com descortesia em relação a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como aos Coordenadores e seus Auxiliares ou às Autoridades presentes.

10.11.1. A ocorrência de qualquer dos fatos indicados nas alíneas do subitem 10.11 será consignada na Ata da Sala de Prova, com apreensão dos elementos de evidência material, se for o caso.

10.11.2. Quando da ocorrência não resultar evidência material, os fatos serão consignados na Ata da Sala de Prova respectiva, coletando-se a assinatura de dois candidatos como testemunhas, se possível.

**10.12.** Deverão permanecer nas respectivas salas no mínimo 2 (dois) candidatos, até que a última prova seja entregue.

**10.13** Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.

**10.14** Em hipótese nenhuma será realizada qualquer prova fora do local, data e horário determinados.

**10.15** Os gabaritos das provas objetivas serão publicados no Diário Oficial do Estado e no Diário Eletrônico do TCERS em até 02 (dois) dias úteis após a data de realização de cada etapa e divulgados nos sítios [www.concursosfmp.com.br](http://www.concursosfmp.com.br) e [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br).

## **11. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA**

### **11.1. Das provas objetivas**

11.1.1. As provas objetivas P1 e P3 valerão, respectivamente, 70 e 200 pontos, totalizando 270 pontos. Cada questão da prova objetiva (P1) valerá 1 (um) ponto e da prova objetiva (P3) valerá 2 (dois) pontos, contendo cinco opções de resposta, precedidas das letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, devendo o candidato assinalar em cada questão uma única resposta.

11.1.2. Os itens serão pontuados conforme os critérios estabelecidos no item 12 deste edital.

### **11.2. Da prova discursiva**

11.2.1. A prova discursiva (P2) consistirá de duas questões valendo até 15 pontos cada, totalizando 30 pontos. As questões devem ser respondidas de 15 até 30 linhas cada, acerca dos conhecimentos básicos constantes dos itens II, III, IV e VI da prova objetiva (P1).

**11.3.** Somente serão avaliadas as provas discursivas dos candidatos que ficarem classificados até a 200ª (ducentésima) posição em cada categoria profissional, somadas as notas da prova objetiva da

primeira etapa e da prova objetiva da segunda etapa, ultrapassando-se tal limite apenas para inclusão de candidatos empatados em último lugar da classificação e observando a reserva de vagas para candidatos com deficiência.

**11.4.** A prova discursiva será avaliada e pontuada segundo os critérios estabelecidos no item 12 deste edital.

## **12. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS**

**12.1.** Os candidatos que não atingirem o desempenho mínimo previsto neste item estarão automaticamente eliminados do concurso.

**12.2.** Nas provas objetivas (P1 e P3), serão considerados aprovados e classificados até a 200ª (ducentésima) posição, em cada categoria profissional, para fins de correção da prova discursiva (P2), os candidatos que obtiverem aproveitamento igual ou superior a 60 % (sessenta por cento) das questões formuladas em cada prova, observada a reserva de vagas para candidatos com deficiência e respeitados os empates na última colocação.

12.2.1. Todos os candidatos terão suas provas objetivas corrigidas por meio de processamento eletrônico.

12.2.2. A nota em cada item da prova objetiva de Conhecimentos Básicos (P1), obtida com base nas marcações da folha de respostas, será igual a 1 (um) ponto.

12.2.3 A nota em cada item da prova objetiva de Conhecimentos Específicos (P3), obtida com base nas marcações da folha de respostas, será igual a 2 (dois) pontos.

12.2.4. O cálculo da pontuação nas provas objetivas (P1 e P3) será igual à soma algébrica das notas obtidas em todos os itens que as compõem.

**12.3.** Na prova discursiva (P2) serão considerados aprovados os candidatos que atingirem o desempenho mínimo de 15 pontos (50% dos pontos possíveis).

**12.4.** Os candidatos que não tiverem suas provas discursivas corrigidas conforme critério estabelecido no subitem 12.2 estarão automaticamente eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

**12.5.** As provas discursivas serão avaliadas quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados – demonstração de conhecimento técnico aplicado –, bem como quanto ao domínio da norma padrão da Língua Portuguesa.

12.5.1. Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na questão igual a ZERO.

12.5.2. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado.

12.5.3. A avaliação de cada uma das questões discursivas, além dos conhecimentos técnicos, considerará os seguintes fatores:

a) desenvolvimento do tema, expresso pela sua compreensão e pela fundamentação e consistência da argumentação, valendo, no máximo, 10 (dez) pontos; e

b) domínio da norma padrão da língua portuguesa e dos princípios de produção de textos objetivos, claros e coesos, valendo, no máximo, 5 (cinco) pontos, considerando-se aspectos tais como: pontuação, morfossintaxe, propriedade vocabular, etc..

**12.6.** Serão reprovados na prova discursiva e eliminados do concurso público os candidatos que obtiverem nota inferior a 15 pontos.

**12.7.** O cálculo da pontuação final dos candidatos por categoria profissional, será igual à soma algébrica das notas obtidas nas provas objetivas P1, P3 e na prova discursiva P2.

**12.8.** Os candidatos aprovados serão classificados por ordem decrescente de nota final.

**12.9.** No caso de candidatos obterem idêntico número de pontos na nota final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

I. o que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003;

II. o que tiver obtido a maior nota na prova de Conhecimentos Específicos – Prova Objetiva da Segunda Etapa (P3), de acordo com o seguinte enquadramento:

**a) Para os Bacharéis em Ciências Jurídicas e Sociais ou Direito:**

a.1) maior nota em Direito Constitucional;

a.2) maior nota em Direito Administrativo;

a.3) maior nota em Direito Financeiro e Tributário.

**b) Para os Bacharéis em Ciências Econômicas:**

b.1) maior nota em Finanças Públicas;

b.2) maior nota em Economia do Desenvolvimento;

b.3) maior nota em Noções de Políticas Públicas.

**c) Para os Bacharéis em Administração de Empresas e/ou Pública:**

c.1) maior nota em Administração Pública;

c.2) maior nota em Noções de Políticas Públicas;

c.3) maior nota em Noções de Sistemas de Informação.

**12.10.** Permanecendo, ainda, o empate, será realizado Sorteio Público, tendo por objeto a lista de classificação geral, nela integrando os candidatos com deficiência, comunicado aos candidatos através de Edital publicado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de sua realização.

### **13. DOS RECURSOS**

**13.1.** Serão admitidos recursos quanto:

a) ao indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do dia subsequente ao da publicação, no Diário Oficial do Estado, do edital de deferimento/indeferimento da isenção da taxa de inscrição;

b) às inscrições não homologadas, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do dia subsequente ao da publicação, no Diário Oficial do Estado, do Edital de Homologação das Inscrições;

c) às questões das provas objetivas (P1 e P3) e gabaritos preliminares, primeira e segunda etapas, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do dia subsequente ao da publicação, no Diário Oficial do Estado, **dos gabaritos preliminares das provas objetivas específicas (P3) da segunda etapa;**

d) à avaliação da prova discursiva, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do dia subsequente ao da publicação, no Diário Oficial do Estado, dos resultados provisórios;

e) a não qualificação do candidato como deficiente, nos termos declarados no formulário de inscrição e atestados pelo médico, ou que a deficiência declarada não se enquadra dentre as definidas no art. 3º do Decreto Estadual nº 44.300/2006, ou, ainda, quando verificada a incompatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo pleiteado, conforme prevê o art. 10, parágrafos 2º e 3º da Resolução TCE nº 898/2010, no prazo de 3 (três) dias

úteis a contar do dia subsequente ao da publicação, no Diário Oficial do Estado, do Edital que homologar definitivamente as inscrições do candidato na condição de pessoa com deficiência.

13.1.1. Recurso interposto fora do respectivo prazo não será admitido, sendo considerada, para tanto, a data de postagem.

**13.2.** Os recursos referentes às questões das provas deverão ser remetidos à FMP – Concursos, **em (02) duas vias**, sendo um recurso para cada questão. Os candidatos deverão fazê-lo por formulário próprio, constando na primeira folha a identificação do recorrente e da questão objeto do recurso e, **em apartado**, sem identificação, as razões do recurso da questão contestada, recebendo ambas, na ocasião do protocolo, um número igual que as identificará após análise dos examinadores (ANEXO II – formulário para recurso).

13.2.1. Não serão conhecidos os recursos sem a identificação da questão e fundamentação clara, objetiva e consistente.

13.2.2. Não serão conhecidos os recursos, cuja folha de razões apresente-se com identificação do candidato.

13.2.3. As razões de recurso encaminhado aos examinadores não conterão identificação do recorrente.

13.2.4. Os recursos deverão ser enviados via SEDEX, ou entregues pessoalmente, à Fundação Escola Superior do Ministério Público / FMP – Concurso - Concurso TCE-RS - Ref. Recurso da prova (especificar qual a prova) - Rua Cel. Genuíno nº 421, 6º andar - Porto Alegre/RS - CEP 90010-350, conforme prazos e datas especificados neste edital e em outros que venham a ser publicados, valendo a data da postagem para verificação do prazo.

**13.3.** O candidato poderá, quando for o caso, diretamente, ter vista de seus cartões de respostas (primeira e segunda etapas), enviando e-mail para a FMP - Concursos (concursos@fmp.com.br), que providenciará, também por e-mail, a remessa dos cartões digitalizados, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação, no Diário Oficial do Estado, do Edital de divulgação das notas das provas objetivas.

**13.4.** O candidato poderá, quando for o caso, diretamente, obter a sua prova discursiva corrigida enviando e-mail para a FMP - Concursos (concursos@fmp.com.br), que providenciará, também por e-mail, a remessa da mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação, no Diário Oficial do Estado, do Edital de divulgação das notas das provas discursivas.

**13.5.** Os recursos elencados nas alíneas “c” e “d” do subitem 13.1, deverão ser fundamentados, entregues conforme data indicada no respectivo Edital, digitados ou datilografados em papel sulfite, na cor branca, formato A4, texto na cor preta, sendo um recurso para cada questão recorrida, acompanhados pela petição, conforme ANEXO II deste Edital, tudo **em 02 (duas) vias**.

**13.6.** Os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas no item 13 e seus subitens não serão conhecidos.

**13.7.** Não serão aceitos recursos interpostos por fac-símile (fax), telex, internet, telegrama ou outro meio que não seja o estabelecido neste Edital.

**13.8.** Será concedida vista da prova discursiva somente aos candidatos que tiverem sua prova

avaliada conforme dispositivos previstos no item 12 deste Edital.

- 13.9.** O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) das provas objetivas eventualmente anuladas será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos que não tiverem aproveitado a questão, independentemente de formulação de recurso.
- 13.10.** O gabarito divulgado poderá ser alterado em função dos recursos impetrados, e as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo.
- 13.11.** A Banca Examinadora constitui última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 13.12.** Na ocorrência do disposto nos subitens 13.9 e 13.10, poderá haver, eventualmente, alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.
- 13.13.** As decisões dos recursos são dadas a conhecer coletivamente mediante a publicação do edital respectivo.

#### **14. DA HOMOLOGAÇÃO**

- 14.1** A nota final dos candidatos será obtida pela totalização da soma das notas das provas objetivas (P1 e P3) e da prova discursiva (P2), podendo atingir até o máximo de 300 pontos.
- 14.2** Os candidatos aprovados serão classificados em ordem decrescente do número de pontos obtidos, em duas listas, sendo uma geral, com a relação de todos os candidatos aprovados, e uma especial, com a relação dos candidatos com deficiência aprovados, salvo se não houver candidato nesta última condição.
- 14.2.1. Quando da publicação do Edital de Classificação, os candidatos aprovados na condição de pessoa com deficiência serão convocados para comparecerem ao Centro de Perícias Médicas do TCERS, a fim de serem submetidos à avaliação médica.
- 14.3.** As pessoas incluídas na lista especial deverão submeter-se à perícia, com a finalidade de verificar a existência da deficiência declarada no formulário de inscrição no concurso, se ela está em conformidade com o estabelecido no art. 3º do Decreto Estadual nº 44.300/2006, e se é compatível com o exercício das atribuições do cargo.
- 14.4.** A Comissão Especial, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, para a avaliação médica deverá apresentar suas conclusões no prazo de 5 (cinco) dias úteis depois de realizados todos os exames, cuja decisão terá caráter terminativo.
- 14.5.** Terminadas todas as fases recursais, o Presidente do Tribunal de Contas submeterá ao Tribunal Pleno, para homologação, a classificação final dos candidatos aprovados no concurso.
- 14.6.** O Edital de Homologação com o resultado final do concurso será publicado no Diário Oficial do Estado e no Diário Eletrônico do TCERS e divulgado nos sites [www.concursosfmp.com.br](http://www.concursosfmp.com.br) e [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br), contendo apenas informações relativas à classificação final dos candidatos aprovados no concurso.

#### **15. DO PROVIMENTO DO CARGO**

- 15.1. O provimento do cargo dar-se-á conforme as necessidades e possibilidades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul seguindo rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos.
- 15.2. A posse implica aceitação expressa do cargo e seu exercício será, preferencialmente, em Serviço de Auditoria.
- 15.3. A posse condicionar-se-á à satisfação dos requisitos referidos no item 4 deste Edital.
- 15.4. A publicação da nomeação será feita no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
- 15.5. Os prazos para posse são os previstos na Lei Estadual nº 10.098/94 e iniciam-se a partir da comunicação oficial da nomeação.
- 15.6. Os candidatos com deficiência serão nomeados conforme lista classificatória própria de vagas legalmente reservadas, devendo também obedecer ao determinado na Resolução nº 898/2010.
- 15.7. O acompanhamento das nomeações também poderá ser feito pelo sítio [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br).

## **16. DO CURSO DE FORMAÇÃO**

- 16.1. Todos os candidatos investidos no cargo participarão do Programa de Formação de Auditores.
- 16.2. Observado o interesse público, a nomeação, tanto quanto possível, será procedida coletivamente com vistas à participação em curso de formação.
- 16.3. O desempenho das atribuições do cargo será precedido de participação em curso de formação com carga horária mínima de 120 horas.

## **17. DO PRAZO DE VALIDADE**

- 17.1. O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, contados da data da publicação, no Diário Eletrônico do TCERS, da ata de aprovação da sessão plenária que homologou o resultado final do concurso, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, a critério do Tribunal Pleno, mediante proposição do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 18.1. O ato de designação dos componentes da Banca Examinadora será publicado no Diário Oficial do Estado e no Diário Eletrônico do TCERS e divulgado nos sítios [www.concursosfmp.com.br](http://www.concursosfmp.com.br) e [www.tce.rs.gov.br](http://www.tce.rs.gov.br) e, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da realização das provas.
- 18.2. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso e à apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.
- 18.3. Os casos omissos serão decididos pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado e chancelados pelo Tribunal Pleno, conforme prevê o art. 37 da Resolução nº 898/2011.
- 18.4. Em caso de alteração dos dados pessoais (nome, endereço, telefone para contato)



constantes do Formulário Eletrônico, basta acessá-lo novamente e retificar os dados até a data de homologação final do concurso.

- 18.5.** É de responsabilidade dos candidatos classificados, após a homologação final e durante o prazo de validade do Concurso, manter seus dados atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, mediante encaminhamento de e-mail ao Centro de Recursos Humanos do TCERS pelo endereço eletrônico: [crh@tce.rs.gov.br](mailto:crh@tce.rs.gov.br) ou correspondência endereçada ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, sob pena de, em não sendo encontrados, serem considerados desistentes.
- 18.6.** Anular-se-ão, sumariamente, a inscrição e os atos dela decorrentes se verificada, a qualquer tempo, a inobservância pelo candidato de exigências deste Edital.
- 18.7.** Comprovada a existência de fraude na documentação apresentada, o candidato estará sujeito às penalidades cominadas no art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 - Código Penal Brasileiro.
- 18.8.** A aprovação e classificação no Concurso geram para o candidato apenas expectativa de direito à nomeação.
- 18.9.** O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul reserva-se o direito de proceder às nomeações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e o número de vagas existentes.
- 18.10.** A Fundação Escola Superior do Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso.

## **ANEXO I**

### **DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA TODAS AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS:**

##### **I. LÍNGUA PORTUGUESA: 10 QUESTÕES**

1. Compreensão e interpretação de textos. (Leitura e análise de texto: variedade de texto e adequação de linguagem. Estruturação do texto: relações entre idéias, recursos de coesão, função referencial de pronomes e nexos. Significação contextual de palavras e expressões. Informações literais e inferências.) 2. Significação das palavras. 3. Ortografia oficial. 4. Acentuação gráfica. 5. Emprego de classes de palavras. 6. Emprego do sinal indicativo de crase. 7. Sintaxe da oração e do período. 8. Pontuação. 9. Concordância nominal e verbal. 10. Regência (ou flexão) nominal e verbal. 11. Pronomes. 12. Tempos e Modos verbais: emprego. 13. Redação oficial: formas de tratamento, tipos de discursos, correspondência oficial, parecer.

##### **II. CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 10 QUESTÕES**

1. Controle na Administração Pública: conceitos e abrangência. 2. Controles Externo e Interno na Constituição Federal. 3. Sistema de controle externo. 4. Controle externo no Brasil. 5. Regras constitucionais sobre controle externo: fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. 6. Tribunais de Contas: funções, natureza jurídica e eficácia das decisões. 7. O julgamento das contas pelos Tribunais de Contas. Parecer Prévio. 8. Poder Legislativo e os Tribunais de Contas. 9. Controle interno e os Tribunais de Contas. 10. Controle social e os Tribunais de Contas. 11. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. 12. Lei

Orgânica do TCE (Lei nº 11.424/2000 e alterações posteriores). 13. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (aprovado pela Resolução nº 544/2000 e alterações posteriores).

### **III. AUDITORIA GOVERNAMENTAL: 20 QUESTÕES**

1. Aspectos Gerais. Normas de Auditoria. Ética Profissional, Responsabilidade Legal, Objetivo, Controle de Qualidade. 2. O papel das normas de auditoria. NBC TA 200 – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria. 3. Auditoria Interna e Auditoria Externa. Conceito, Objetivos, Responsabilidades, Funções, Atribuições. 4. Desenvolvimento do Plano de Auditoria. Estratégia de Auditoria, Sistema de Informações, Controle Interno, Risco de Auditoria. Planejamento. Programas de auditoria. Papéis de trabalho. Relatório de auditoria. 5. Governança e análise de risco. Governança no setor público. O papel da auditoria na estrutura de governança. Estrutura conceitual de análise de risco (COSO). Elementos de risco e controle. Aplicação da estrutura conceitual de análise de risco. 6. Testes de Auditoria: Substantivos, de Observância, Revisão Analítica. 7. Procedimentos de Auditoria: Inspeção, Observação, Investigação, Confirmação, Cálculo, Procedimentos Analíticos, Procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis. 8. Amostragem Estatística: Tipos de Amostragem, Tamanho da Amostra, Risco de Amostragem, Seleção da Amostra, Avaliação do Resultado do Teste. 9. Tipos de auditoria: auditoria de conformidade; auditoria operacional; auditoria de demonstrações contábeis; auditoria de sistemas financeiros; atividades de estudo e consultoria; atividades de detecção de fraude. 10. Metodologias e habilidades em auditoria governamental: mensuração de desempenho; avaliação de programas. Métodos quantitativos [estatística descritiva, uso de tabelas e gráficos em relatório de auditoria, medidas de tendência central (média, moda e mediana) e medidas de dispersão (desvio-padrão e coeficiente de variação), revisão analítica]. Métodos qualitativos: entrevistas, questionários e grupo focal. Técnicas de coleta e análise de dados e pesquisas. 11. Uso do Trabalho de Outros Profissionais: Auditor Independente, Auditor Interno, Especialista de Outra Área.

### **IV. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: 15 QUESTÕES**

1. Planejamento e Orçamento na Constituição de 1988: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA). 2. Orçamento público: conceitos, princípios e elementos básicos do orçamento público, orçamento tradicional, orçamento de base zero, orçamento de desempenho, orçamento-programa. 3. Objetivos da política orçamentária. 4. Integração planejamento e orçamento. 5. Ciclo orçamentário. 6. Orçamento e Gestão das organizações do setor público: mensuração do desempenho e controle orçamentário. 7. Conceituação e classificação da Receita Pública. Classificação orçamentária da receita pública por categoria econômica no Brasil. 8. Classificação dos Gastos Públicos, segundo a finalidade, natureza e agente (classificação funcional e econômica). 9. Tipos de Créditos Orçamentários. 10. Contas dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. 11. LRF – Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000. 12. Lei Complementar nº 131, de 27/05/2009. 13. Lei Federal nº 4.320, de 17/03/1964. 14. Dívida pública flutuante e fundada. 15. Patrimônio público.

### **V. NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 10 QUESTÕES**

1. Conhecimentos básicos de computação e microinformática: hardware e software, computadores, componentes básicos, equipamentos de E/S, tipos e uso de impressoras. 2. Conceitos básicos dos Sistemas Operacionais Windows XP e Windows Vista: componentes, Windows Explorer, Lixeira do Windows, compartilhamento de arquivos e de impressoras. 3. Conceitos de organização de arquivos: métodos de acesso, meios de armazenamento, formatos e extensões de arquivos, operações de armazenamento, noções de backup. 4. Noções de rede de computadores: conceitos, tipos de rede, protocolos, meios de comunicação, componentes e dispositivos de rede. 5. Noções de Internet e Intranet: conceitos, modos de utilização, protocolos, ferramentas, serviços. 6. Uso de navegadores de Internet: Internet Explorer 6.0, ou superiores. 7. Uso de correio eletrônico: Microsoft Outlook Express, ou superiores. 8. Uso de editor de texto: Microsoft Word 2003 e 2007. 9. Uso de planilhas de cálculo: Microsoft Excel

2003 e 2007. 10. Noções de Segurança da Informação: conceitos, controles de acesso, tipos de ataques, mecanismos e ferramentas de segurança. 11. Ambientes virtuais de aprendizagem: moodle.

#### **VI. ATUALIDADES NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 5 QUESTÕES**

Questões atuais em economia, política, sociedade, meio ambiente, ciência e tecnologia no Brasil e no mundo.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS OU DIREITO:**

#### **I. DIREITO CONSTITUCIONAL: 20 QUESTÕES**

1. Constituição. Conceito. Classificação. Elementos. Formação da Constituição. Teoria da Recepção. Poder Constituinte: conceito; natureza e titularidade; Poder constituinte originário e derivado. Limitações ao Poder constituinte derivado. Poder constituinte decorrente. Revisão e reforma. Emendas à Constituição. Rigidez e supremacia constitucional.
2. Normas constitucionais: estrutura lógica; interpretação; integração; eficácia e aplicabilidade; hierarquia das normas constitucionais; classificação das normas constitucionais. Regras, normas e princípios constitucionais: conceito; conteúdo; natureza jurídica; funções.
3. Controle da constitucionalidade das leis e dos atos normativos. Tipos (ou espécies) e sistemas de controle. Vícios de inconstitucionalidade por ação e omissão. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Interpretação conforme a Constituição. Decisões no controle de constitucionalidade de normas e seus efeitos. Súmula 347 do Supremo Tribunal Federal e os Tribunais de Contas. Súmulas vinculantes (Lei n. 11.417/2006).
4. Direitos e Garantias Fundamentais. Conceito. Direitos e deveres individuais, difusos e coletivos. Proteção judicial dos direitos fundamentais. Ações Constitucionais.
5. Direitos Sociais.
6. Estado brasileiro: objetivos e fundamentos. República Federativa do Brasil. Estado Democrático de Direito. Princípio da Separação dos Poderes. Funções típicas e atípicas de cada Poder. Regime político.
7. Organização do Estado brasileiro: entidades integrantes do Estado Federal; repartição de competências e bens; competência material e legislativa da União, dos Estados e dos Municípios. Intervenção nos Estados e Municípios. Organização político-administrativa da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
8. Organização dos Poderes. Poder Legislativo: organização e atribuições. Processo Legislativo. Poder Executivo: Presidente, Vice-Presidente e Ministros de Estado. Atribuições e Responsabilidades. Poder regulamentar. Poder Judiciário: natureza da função jurisdicional; organização e garantias do Poder Judiciário; Tribunais: competências; Funções Essenciais à Justiça. Ministério Público: Natureza; princípios institucionais; estrutura orgânica e garantias.
9. Tribunal de Contas. Natureza e atribuições. Dispositivos das Constituições da República e do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.
10. Administração Pública: conceito, princípios constitucionais e organização. Entidades Integrantes. Órgãos e agentes públicos. Servidores públicos. Regime Jurídico da Administração Pública.
11. Ordem Econômica e Financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico. Sistema Financeiro.
12. Ordem Social: princípios e objetivos da ordem social. Seguridade Social. Educação e Cultura.
13. A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

#### **II. DIREITO ADMINISTRATIVO: 20 QUESTÕES**

1. Direito Administrativo. Conceito. Objeto. Princípios constitucionais do Direito Administrativo brasileiro.

2. Administração Pública. Conceito. Natureza. Princípios básicos. Pessoas jurídicas de direito público. Órgãos e Agentes. Atividade administrativa. Poderes e deveres do administrador público. Uso e abuso do poder.

3. A organização administrativa. Administração direta. Órgãos públicos: conceito; espécies; regime. Administração indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Principais características de cada e regimes jurídicos.

4. Poderes da Administração: Poder vinculado; Poder discricionário; Poder hierárquico; Poder disciplinar; Poder regulamentar; Poder de polícia: conceito; características; função; limites; extensão e controle.

5. Ato administrativo: conceito; requisitos; classificações; atributos; pressupostos e espécies. Motivo e Mérito. Validade e eficácia. Legitimidade. Discricionariedade e vinculação. O interesse público. Vícios dos atos administrativos. Extinção; revogação; anulação ou invalidação.

6. Licitação: conceito, finalidade, princípios. Obrigatoriedade. Hipóteses de dispensa, de inexigibilidade e de vedação. Modalidades. Procedimentos. Revogação e anulação. Hipóteses e efeitos. Pregão e consulta. Registro de preços. Normas gerais de licitação. Objeto da licitação, homologação e adjudicação. Sanções.

7. Contratos Administrativos: conceito, características, requisitos substanciais e formais. Peculiaridades e interpretação. Formalização, execução, controle, inexecução, revisão e rescisão.

8. Serviços Públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle. Requisitos do serviço e direitos do usuário. Competências para prestação do serviço. Serviços delegados a particulares. Permissões e Autorizações. Contrato de concessão de serviço público: conceito e características. Direitos do concedente e do concessionário. Equilíbrio do contrato. Formas de extinção. Parcerias da Administração Pública. Parcerias público-privadas. Convênios e Consórcios.

9. Agentes Públicos: Servidores Públicos. Cargos e empregos públicos. Investidura e exercício. Regimes jurídicos. Normas constitucionais concernentes aos servidores públicos. Processo administrativo disciplinar; sindicância e inquérito. Regime previdenciário do servidor estatutário. Regime Jurídico de pessoal do Estado do Rio Grande do Sul. Lei Estadual n. 10.098, de 1994, com alterações posteriores.

10. Domínio Público. Conceito. Bens públicos: conceito; características; regime jurídico; espécies. Administração, utilização. Alienação. Proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagísticos.

11. Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, requisição, tombamento, limitação administrativa, direito de construir e seu exercício, loteamento e zoneamento, reversibilidade dos bens afetos ao serviço

12. Responsabilidade Civil do Estado e dos prestadores de serviço público. Conceito e teorias. Reparação do dano. Direito de regresso. Responsabilidade administrativa, civil e penal do servidor.

13. Controle da Administração Pública: controle administrativo, controle legislativo e controle judiciário. Responsabilidade de agentes públicos.

14. Improbidade Administrativa. Lei n. 8.429/1992.

15. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

16. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

### **III. DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO: 15 QUESTÕES**

#### **a) Direito Financeiro**

1. Finanças Públicas na Constituição Federal de 1988.

2. Orçamento: conceito e espécies; natureza jurídica; princípios orçamentários. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Orçamentos anuais. Matéria orçamentária. Execução. Créditos Adicionais.

3. Normas gerais de direito financeiro. Lei n. 4.320/1964.

4. Fiscalização, controle interno e controle externo do ciclo orçamentário. Regramento

Constitucional. O controle exercido pelo Tribunal de Contas.

5. Precatórios: disciplina constitucional.

6. Receita Pública: conceito; ingresso; receitas originárias e receitas derivadas. Impostos. Taxas. Contribuição de Melhoria. Contribuições Sociais. Preço Público. Tarifa. Pedágio.

7. Despesa Pública: conceito e classificação; princípio da legalidade; técnica da realização da despesa pública: empenho, liquidação e pagamento.

8. Crédito Público: conceito; empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão.

9. Dívida Pública: conceito; disciplina constitucional; classificação e extinção.

10. Dívida ativa pública de natureza tributária e não-tributária: lançamento; inscrição e cobrança.

11. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000): receita e despesa; receita corrente líquida: conceito e abrangência; sua utilização como base de cálculo; despesas e disponibilidade financeira: tipos de despesas e seus limites para a União, para os Estados e Distrito Federal e para os Municípios; despesas continuadas; mitigação das despesas; retorno aos limites de gastos e endividamento; controle e transparência: controle pelos Tribunais de Contas e pelo Poder Legislativo; penalidades administrativas e civis.

12. Infrações Administrativas contra as leis das finanças Públicas (Lei n. 10.028/2000).

#### **b) Direito Tributário**

1. Sistema Tributário Nacional. Princípios constitucionais tributários. Poder de tributar. Limitações ao poder de tributar. Regime de competências. Repartição tributária: tributos federais, estaduais e municipais. Tributo: definição e espécies. Do Sistema Tributário Estadual.

2. Normas gerais de Direito Tributário. Fontes formais do Direito Tributário. Legislação Tributária. Lei. Tratados. Convenções Internacionais. Leis Complementares. Vigência, aplicação e interpretação e integração da legislação tributária.

3. Relação tributária; sujeito ativo e sujeito passivo; capacidade tributária; domicílio tributário; solidariedade; responsabilidade; imunidade tributária; isenção e não-incidência.

4. Obrigação tributária: conceito, natureza e espécies; hipótese de incidência; fato gerador.

5. Crédito tributário. Conceito e constituição. Lançamento. Modalidades. Suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário. Decadência e prescrição do crédito tributário.

6. Garantias e privilégios do crédito tributário. Preferências. Substituição tributária.

7. Administração tributária. Fiscalização. Dívida Ativa: requisitos de inscrição. Certidão de Dívida Ativa. Certidão Negativa de débito.

8. Penalidades tributárias: natureza e regime.

#### **IV. DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL: 10 QUESTÕES**

1. Lei: vigência; aplicação e conflitos da lei no tempo e no espaço; integração e interpretação. Princípios jurídicos. Lei de Introdução ao Código Civil.

2. Pessoas Naturais: personalidade; capacidade; direitos da personalidade; disposições gerais. Pessoas Jurídicas: conceito; classificação; registro; disposições gerais. Associações. Fundações.

3. Bens. Domicílio.

4. Fatos e atos jurídicos. Forma de prova dos atos jurídicos. Negócio Jurídico: conceito; requisitos, modalidades, representação, condição, termo, encargo, defeitos e invalidade. Nulidade e anulabilidade dos negócios jurídicos. Atos lícitos e ilícitos. Abuso de direito.

5. Prescrição e decadência.

6. Obrigações: conceito; elementos constitutivos; modalidades; transmissão; adimplemento; extinção e inadimplemento.

7. Contratos em geral: princípios; interpretação; pressupostos de validade; revisão e extinção. Teoria da Imprevisão. Evicção e vícios redibitórios. Contratos em espécie: compra e venda; troca ou permuta; doação; locação de coisas; empréstimo: comodato e mútuo; prestação de serviço; empreitada; mandato; seguro; fiança; arrendamento mercantil - leasing.

8. Posse: conceito; natureza jurídica; classificação; aquisição e perda. Efeitos da posse.

9. Propriedade: conceito; elementos; classificação. Noções Gerais. Extensão da propriedade. Aquisição e perda. Restrições ao Direito de Propriedade.

10. Títulos de Crédito.

11. Responsabilidade Civil. Elementos. Responsabilidade por fato de outrem. Responsabilidade por fato da coisa. Teorias subjetiva e objetiva da responsabilidade civil. Dano moral e material. Indenização.

12. Sociedade: conceito. Personalização da sociedade. Classificação das sociedades. Sociedades não personificadas. Sociedades personificadas: sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade cooperada, sociedades coligadas. Liquidação. Incorporação. Fusão. Cisão. Sociedades dependentes de autorização.

13. Sociedade limitada. Sociedade Anônima.

14. Normas civis e comerciais aplicáveis a empresas públicas e sociedades de economia mista.

#### **V. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 10 QUESTÕES**

1. Princípios constitucionais do Processo Civil. Princípio do devido processo legal e seus consectários lógicos. Princípio do contraditório e da ampla defesa.

2. Natureza jurídica da ação; direito de ação e condições para o seu exercício. Classificação das ações.

3. Jurisdição: conceito; características; princípios; espécies.

4. Processo e Procedimento. Conceito e espécies.

5. Atos judiciais: despachos, decisões interlocutórias e sentença.

6. Atos processuais: forma; lugar e tempo dos atos processuais; prazos; comunicações dos atos processuais e nulidades.

7. Partes e procuradores. Intervenção de terceiros.

8. Recursos: princípios fundamentais; conceito; pressupostos recursais; juízos de admissibilidade e mérito; efeitos. Recursos em espécie.

9. Processo de Execução. Executoriedade das decisões dos Tribunais de Contas.

10. Execução Fiscal. Execução contra a Fazenda Pública.

11. Coisa julgada. Ação Rescisória.

12. Mandado de Segurança.

#### **VI. DIREITO PENAL: 5 QUESTÕES**

1. Lei Penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço.

2. Crime: conceito; elementos; relação de causalidade; tipo e tipicidade; antijuridicidade; culpabilidade; dolo e culpa; excludentes da culpabilidade; extinção da punibilidade.

3. Crimes contra a Administração Pública. Conceito e classificação. Extensão penal do conceito de Administração Pública.

4. Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, previstos no Código Penal.

5. Outros crimes funcionais típicos: artigos 151, § 3º e 154 do Código Penal.

6. Crimes de responsabilidade. Lei Federal n. 1.079/1950 e Decreto-Lei n. 201/1967.

7. Crimes contra a ordem tributária. Leis n. 8.137/1990 e 9.249/1995.

8. Disposições penais da Lei Federal n. 8.666/1993.

9. Crimes contra as finanças públicas. Lei n. 10.028/2000.

10. Atos de improbidade praticados por agentes públicos e sanções aplicáveis (Lei Federal n. 8.429, de 02-06-1992).

#### **VII. DIREITO DO TRABALHO: 5 QUESTÕES**

1. Princípios gerais do Direito do Trabalho; proteção; irrenunciabilidade; continuidade; primazia da realidade; razoabilidade; boa-fé.

2. Relação de emprego e suas características. Sujeitos da relação de emprego.

3. Normas gerais de tutela do trabalho.

4. Contrato individual de trabalho: conceito, classificação, características, objeto, forma e prova. Alteração, interrupção e suspensão. Remuneração; aviso prévio; férias; décimo terceiro.

Rescisão; parcelas rescisórias; justa causa. Sucessão trabalhista.

5. O contrato de trabalho com o Estado. Contratos com o Estado para atendimento do interesse público excepcional.

6. Terceirização da prestação dos serviços. Cooperativas de trabalho. Responsabilidade do tomador dos serviços.

#### **VIII. DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 10 QUESTÕES**

1. Seguridade: natureza, fontes e princípios. Eficácia e interpretação das normas de seguridade. Seguridade na Constituição Federal. Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Objetivos. Financiamento. Orçamento.

2. Competências privativa, comum e concorrente para legislar sobre Seguridade Social.

3. Saúde: ações e serviços públicos, diretrizes, custeio, aplicação de recursos mínimos, o sistema único de saúde e suas atribuições.

4. Previdência Social: conceito; riscos; formas de proteção; segurança social, repartição e capitalização. Princípios. Regime geral. Cobertura. Requisitos e critérios. Aposentadoria: condições. Leis Federais n. 8.212/1991 e 8.213/1991.

5. Relação jurídica previdenciária: filiação; inscrição; sujeitos; beneficiários; segurados; dependentes; ordem de vocação; prova da condição.

6. Benefícios em espécie: aposentadoria; pensão; auxílio-doença; auxílio-reclusão.

7. Assistência Social: objetivos; custeio; diretrizes; vinculação de receita.

8. Regime próprio de previdência dos servidores públicos. Contagem recíproca. Compensação entre os regimes. Lei Federal n. 9.717/1998.

9. Normas constitucionais e legais atinentes a inativações e pensões dos militares e servidores públicos civis do Estado do Rio Grande do Sul. Emendas Constitucionais n. 20/1998, 41/2003 e 47/2005: alterações; regras de transição e direito intertemporal. Lei Federal n. 10.887/2004.

#### **IX. DIREITO AMBIENTAL: 5 QUESTÕES**

1. Direito Ambiental. Conceito. Objeto. Princípios gerais do direito ambiental.

2. Normas constitucionais sobre meio ambiente. Repartição de competências em matéria ambiental.

3. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. O Estado e a Proteção Ambiental. Cidadania e Meio Ambiente. Administração Pública e Meio Ambiente.

4. Responsabilidade ambiental. Conceito de dano ambiental. Prevenção e reparação do dano ambiental.

5. Estudo de impacto ambiental. Conceito. Competências. Natureza Jurídica. Requisitos.

6. Preservação do meio ambiente.

7. Poder de polícia ambiental: licenciamento ambiental; biossegurança; proteção do patrimônio natural.

8. Crimes ambientais e respectivo processo.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS:**

#### **I. TEORIA ECONÔMICA: 10 QUESTÕES**

1. Conceitos fundamentais de economia. Fluxo circular de renda. Lei da oferta e da procura. Curva de possibilidades de produção. Sistema econômico. Funcionamento de uma economia de mercado. Teoria elementar de equilíbrio do mercado. Fatores que influenciam a oferta e a procura por bens e serviços. Efeitos de deslocamentos das curvas de procura e oferta. Elasticidades - preço da procura e da oferta. Elasticidade-renda da procura. 2. Teoria elementar da produção. Custos de produção. Equilíbrio da firma nas estruturas de mercado, no curto prazo, em concorrência perfeita, concorrência monopolística, oligopólio e monopólio. Função de custo: curto e longo prazo, custo fixo e variável. Custo marginal e custo médio. Curva de oferta da firma no curto prazo. 3. Contabilidade nacional. Deflacionamento do produto. Conceito de produto, renda e despesa. Produto bruto e produto líquido. Produto interno e produto nacional. Produto a preços de mercado e a custo de fatores. Produto nominal e produto real. Contas

nacionais do Brasil. 4. Noções de economia monetária. Conceito e funções da moeda. Oferta e demanda de moeda. Estrutura Atual do Sistema Financeiro Brasileiro. 5. Noções de comércio internacional. Estrutura do balanço de pagamentos e sua evolução recente no Brasil. Taxa de câmbio fixa e taxa de câmbio flutuante. Flutuação livre, flutuação administrada e regime de bandas cambiais. Efeitos da apreciação ou depreciação do câmbio no balanço de pagamentos. Políticas de comércio internacional: instrumentos tarifários e não tarifários. 6. Noções de macroeconomia. Política Monetária: definição, objetivos, efeitos e instrumentos da Política Monetária. Efeitos da variação monetária sobre nível de preços, juros e renda. Política fiscal. Efeitos da política fiscal sobre nível de preços, juros e renda. Variação nos componentes da demanda agregada e multiplicadores. Hiato inflacionário e hiato deflacionário. Modelo macroeconômico da síntese neoclássica. Teoria elementar de determinação da renda. Renda nacional de equilíbrio. Noções sobre as teorias de inflação. Inflação de demanda. Inflação de custos. Inflação inercial. Inflação monetária. Relação entre taxa de inflação e taxa de desemprego: curva de Phillips.

## **II. ECONOMIA BRASILEIRA: 10 QUESTÕES**

1. Industrialização e políticas econômicas (fiscal, monetária, cambial, industrial e externa), seu caráter (populistas, nacional-desenvolvimentistas, liberais, conservadoras, monetaristas, dentre outras) e impactos sobre os diversos setores da economia e segmentos da sociedade. 2. A Industrialização Brasileira no Período 1930-1945. 3. O pós-guerra e a nova fase de industrialização: o Plano de Metas. 4. O Período 1962-1967. A desaceleração no crescimento. Reformas no sistema fiscal e financeiro. Políticas antiinflacionárias. Política salarial. 5. A Retomada do Crescimento 1968-1973: A desaceleração e o segundo PND. 6. A crise dos anos oitenta. A interrupção do financiamento externo e as políticas de ajuste. 7. Aceleração inflacionária e os planos de combate à inflação. O debate sobre a natureza da inflação no Brasil. 8. Abertura comercial e financeira: impactos sobre a indústria, a inflação e o balanço de pagamentos. 9. O Papel do Estado na industrialização. 10. Estratégias de desenvolvimento (substituição de importações, liberalização e desregulamentação). 11. Formação da economia sul rio-grandense no contexto de constituição e desenvolvimento da economia nacional.

## **III. ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO: 15 QUESTÕES**

1. Desenvolvimento, políticas e planejamento econômicos. 2. Planejamento como um instrumento de política governamental, de gerência e de controle. Metodologia do planejamento. 3. Desenvolvimento e ciclos econômicos. 4. Desenvolvimento e instituições. 5. Desenvolvimento e fontes de financiamento. 6. A atuação do Estado como agente de desenvolvimento. 7. Desenvolvimento e recursos naturais, meio ambiente e energia. 8. Economia do trabalho. Demografia. Oferta e demanda no mercado de trabalho. Salários. Desemprego. Sindicatos e relações de trabalho. Distribuição de renda e pobreza. 9. Organização industrial. Estruturas de mercado. Estratégias de firmas. Políticas industriais e de regulação. Mudanças tecnológicas. Crescimento e variações de produtividade. 10. Economia regional, rural e urbana.

## **IV. FINANÇAS PÚBLICAS: 20 QUESTÕES**

1. Ordem econômica e ordem financeira: princípios gerais. 2. Princípios constitucionais da ordem econômica. 3. Finanças públicas na Constituição de 1988. 4. Normas gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320, de 17/3/64). 5. Finanças públicas no Brasil – experiências recentes entre 1970/2010. 6. Classificação das Receitas e Despesas Públicas segundo a finalidade, natureza e agente. 7. Hipóteses teóricas do crescimento das despesas públicas. 8. O financiamento dos gastos públicos – tributação e equidade. Incidência tributária. 9. Princípios teóricos da tributação. Tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade. 10. Da administração tributária. Fiscalização. Competência. Dívida ativa de natureza tributária e não-tributária: lançamento, inscrição e cobrança. Certidões. 11. Crédito público. Conceito. 12. Orçamento público e os parâmetros da política fiscal. 13. Elaboração, Gestão e Avaliação Anual do PPA. 14. Fiscalização e controle interno e externo dos orçamentos. 15. Técnicas de avaliação e monitoramento da despesa pública. 16. O Papel do Governo na economia: estabilização econômica, promoção do desenvolvimento e redistribuição de renda. A função do



Bem-Estar. Políticas alocativas, distributivas e de estabilização. Falhas de mercado. Bens públicos, semipúblicos e privados. 17. Conceito de Déficit e Dívida Pública. Perfil da dívida pública. Limites. Financiamento do déficit. Economia da dívida pública: tributação e equidade. Incidência tributária. Política fiscal. Comportamento das contas públicas e financiamento do déficit público no Brasil. 18. Reforma do Estado (Reforma Administrativa e Reforma Previdenciária). 19. Reforma Fiscal. 20. Federalismo Fiscal.

#### **V. NOÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: 15 QUESTÕES**

1. Políticas Públicas. Conceito. Modelos. 2. Formulação. Análise. Implementação. Avaliação de Políticas Públicas. 3. Escolha de prioridades. Identificação de interesses públicos. 4. Gestão de Políticas e Programas Sociais. Planejamento. Financiamento. 5. Estado e Políticas Públicas. 6. Políticas públicas e desenvolvimento. 7. Políticas Públicas e o impacto na sociedade. 8. Políticas Públicas e "Accountability". 9. Políticas Públicas e o Controle Social. 10. Políticas Públicas e Programas Sociais no contexto do Controle Público Externo. 11. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais e a Auditoria Operacional.

#### **VI. MATEMÁTICA FINANCEIRA: 10 QUESTÕES**

1. Fluxo de Caixa: Conceito, representação esquemática através de diagrama, comparação do valor equivalente à vista. 2. Juros Simples: Crescimento linear. Montante, valor atual. Cálculo de Juros. Representação gráfica. Descontos simples. Fórmulas. 3. Juros Compostos: Crescimento Exponencial. Montante, valor atual, cálculo de juros. Fórmulas. 4. Taxas de Juros: Taxa Efetiva. Taxas Proporcionais. Taxa Nominal. Taxas Equivalentes. Fórmulas. 5. Juros simples x juros compostos: Representação gráfica. Desconto, cálculo do valor atual (PV). Valor atual de um fluxo de caixa. 6. Série Uniforme: Prestações iguais. Valor Futuro. Valor presente. Cálculo das prestações e juros. Equivalência de fluxos de caixa. Desconto de fluxos de caixa. Fórmulas. 7. Taxa de retorno de um fluxo de caixa: Desconto de fluxos de caixa. Fórmulas. 8. Planos Equivalentes de Financiamentos: Pagamento no Final. Pagamentos periódicos de juros. Prestações iguais (sistema "Price") e Sistema de Amortizações Constantes (SAC). Representação gráfica. 9. Atualização monetária através de índices. 10. Correção cambial.

#### **VII. ESTATÍSTICA: 10 QUESTÕES**

1. Séries estatísticas. 2. Séries de dados não grupados: Tipos, representação tabular e gráfica. 3. Séries de dados grupados: Distribuição de frequência: frequência absoluta, frequência relativa: por ponto ou por intervalo de classe. Representação tabular e gráfica. 4. Medidas de tendência central: Média aritmética, média ponderada, mediana, moda (moda bruta, moda de Pearson, moda de Czuber). 5. Medidas de variabilidade ou dispersão: Variância absoluta, desvio-padrão, variância relativa e coeficiente de variação de Pearson. 6. Probabilidade: Teoria da probabilidade. Experiência aleatória, espaço amostral e eventos. Probabilidade teórica e empírica. Axiomas e teoremas de probabilidade. 7. Variáveis aleatórias discretas e contínuas: Função de probabilidade, função densidade de probabilidade, função de distribuição, parâmetros de variáveis aleatórias (experiência, mediana, moda, medidas de variabilidade). 8. Distribuições teóricas discretas de probabilidade: Binomial, Poisson, hipergeométrica. Aplicações. 9. Distribuição teórica contínua de probabilidade: A distribuição normal. Uso da tabela e aplicações. 10. Teoria da amostragem: Amostras. Distribuições amostrais. Estimação. Intervalo de estimação. Intervalo de confiança. 11. Correlação e regressão linear. 12. Números relativos: Base fixa e base móvel. Mudança de base. 13. Números índices: Índices de preços e de Quantum-Laspeyres, Paasche e de valor. Mudança de base e de escala. Valores nominais e reais. Poder aquisitivo da moeda. 14. Séries Temporais: Representação gráfica das séries temporais. Classificação dos movimentos das séries temporais: tendência secular, variações sazonais ou estacionais, variações cíclicas e variações aleatórias. Avaliação de tendência. Avaliação das variações sazonais. Previsão.

#### **VIII. NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO: 10 QUESTÕES**

a) Direito Constitucional

1. Constituição: conceito e classificação; poder Constituinte; interpretação, integração e aplicabilidade das normas constitucionais. 2. Controle da constitucionalidade. 3. Dos princípios

fundamentais. Direitos e Garantias fundamentais. 4. Organização do Estado Brasileiro. Divisão espacial do poder. Estado Federal. Organização político-administrativa: União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Repartição de Competências. 5. Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Poder Executivo e Poder Judiciário. Processo Legislativo. Funções essenciais à Justiça. 6. Tribunais de Contas: dispositivos das Constituições da República e do Estado. 7. Administração Pública. Regime Jurídico da Administração Pública. Órgãos e agentes públicos.

#### b) Direito Administrativo

1. Administração Pública. Conceito. Natureza. Princípios básicos. 2. A organização administrativa. Administração direta e indireta. Centralizada e descentralizada. Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista. 3. Poderes da Administração: vinculado; discricionário; hierárquico; disciplinar; regulamentar; poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. 4. Ato administrativo: conceito; requisitos; classificações; atributos; pressupostos e espécies. Motivo e Mérito. Validade e eficácia. Legitimidade. O interesse público. Revogação, anulação e invalidação. 5. Licitação: conceito, finalidades, princípios. Hipóteses de obrigatoriedade, de dispensa e de inexigibilidade. Procedimentos e modalidades. Pregão (Lei n 10.520/2002). Revogação e anulação. Sanções. Normas gerais de licitação. Objeto da licitação, adjudicação. 6. Contratos Administrativos: conceito, requisitos substanciais e formais. Peculiaridades e interpretação. Formalização, execução, controle, inexecução, alteração, rescisão e nulidade. 7. Agentes Públicos. Servidores Públicos. Normas constitucionais concernentes aos servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos. Processo disciplinar. Sindicância e Inquérito. Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Rio Grande do Sul: disposições constitucionais e da Lei Complementar Estadual n. 10.098, de 1994, com alterações posteriores. 8. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. 9. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARA BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS E/OU PÚBLICA**

#### **I. TEORIA E ANÁLISE ORGANIZACIONAL: 15 QUESTÕES**

1. Administração científica e teoria clássica. 2. Teorias comportamentais. 3. Teoria da burocracia. 4. Pensamento sistêmico. 5. Teoria institucional e neo-institucionalismo. 6. Teorias da complexidade e do caos. 7. Redes organizacionais. 8. Processo decisório. 9. Gestão por processos. 10. Cultura organizacional. 11. Aprendizagem organizacional. 12. Poder nas Organizações. 13. Modelos de gestão: estratégia, planejamento e alinhamento estratégico. 14. Gerenciamento de projetos. 15. *Balanced scorecard* em organizações públicas.

#### **II. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 15 QUESTÕES**

1. Estado e administração pública: definições clássicas e contemporâneas. 2. Política e administração. 3. Instituições políticas: Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas; competências, esferas de atuação e interfaces com o Controle Externo. 4. Reformas: do DASP à nova administração pública. 5. Governança na administração pública: responsabilidade de prestar contas, transparência. 6. Federalismo: repartição de receitas e obrigações dos entes.

#### **III. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: 15 QUESTÕES**

1. Gestão estratégica de pessoas. 2. Gestão do desempenho. 3. Gestão por competências no setor público. 4. Gestão do conhecimento. 5. Recrutamento e seleção de pessoas no serviço público. 6. Cargos, carreiras e remuneração na administração pública. 7. Auditoria de recursos humanos.

#### **IV. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS: 05 QUESTÕES**

1. Compras e contratações governamentais. 2. Gestão de estoques e almoxarifado. 3. Gestão da distribuição. 4. Gestão patrimonial na administração pública. 5. Auditoria de estoques e patrimônio.

## **V. NOÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: 15 QUESTÕES**

1. Políticas Públicas. Conceito. Modelos. 2. Formulação. Análise. Implementação. Avaliação de Políticas Públicas. 3. Escolha de prioridades. Identificação de interesses públicos. 4. Gestão de Políticas e Programas Sociais. Planejamento. Financiamento. 5. Estado e Políticas Públicas. 6. Políticas públicas e desenvolvimento. 7. Políticas Públicas e o impacto na sociedade. 8. Políticas Públicas e *Accountability*. 9. Políticas Públicas e o Controle Social. 10. Políticas Públicas e Programas Sociais no contexto do Controle Público Externo. 11. Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais e a Auditoria Operacional.

## **VI. MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA: 10 QUESTÕES**

### **a) Matemática Financeira**

1. Fluxo de Caixa: Conceito, representação esquemática através de diagrama, comparação do valor equivalente à vista. 2. Juros Simples: Crescimento linear. Montante, valor atual. Cálculo de Juros. Representação gráfica. Descontos simples. Fórmulas. 3. Juros Compostos: Crescimento Exponencial. Montante, valor atual, cálculo de juros. Fórmulas. 4. Taxas de Juros: Taxa Efetiva. Taxas Proporcionais. Taxa Nominal. Taxas Equivalentes. Fórmulas. 5. Juros simples x juros compostos: Representação gráfica. Desconto, cálculo do valor atual (PV). Valor atual de um fluxo de caixa. 6. Série Uniforme: Prestações iguais. Valor Futuro. Valor presente. Cálculo das prestações e juros. Equivalência de fluxos de caixa. Desconto de fluxos de caixa. Fórmulas. 7. Taxa de retorno de um fluxo de caixa: Desconto de fluxos de caixa. Fórmulas. 8. Planos Equivalentes de Financiamentos: Pagamento no Final. Pagamentos periódicos de juros. Prestações iguais (sistema "Price") e Sistema de Amortizações Constantes (SAC). Representação gráfica. 9. Atualização monetária através de índices. 10. Correção cambial.

### **b) Estatística**

1. Séries estatísticas. 2. Séries de dados não grupados: Tipos, representação tabular e gráfica. 3. Séries de dados grupados: Distribuição de frequência: frequência absoluta, frequência relativa: por ponto ou por intervalo de classe. Representação tabular e gráfica. 4. Medidas de tendência central: Média aritmética, média ponderada, mediana, moda (moda bruta, moda de Pearson, moda de Czuber). 5. Medidas de variabilidade ou dispersão: Variância absoluta, desvio-padrão, variância relativa e coeficiente de variação de Pearson. 6. Probabilidade: Teoria da probabilidade. Experiência aleatória, espaço amostral e eventos. Probabilidade teórica e empírica. Axiomas e teoremas de probabilidade. 7. Variáveis aleatórias discretas e contínuas: Função de probabilidade, função densidade de probabilidade, função de distribuição, parâmetros de variáveis aleatórias (experiência, mediana, moda, medidas de variabilidade). 8. Distribuições teóricas discretas de probabilidade: Binomial, Poisson, hipergeométrica. Aplicações. 9. Distribuição teórica contínua de probabilidade: A distribuição normal. Uso da tabela e aplicações. 10. Teoria da amostragem: Amostras. Distribuições amostrais. Estimação. Intervalo de estimação. Intervalo de confiança. 11. Correlação e regressão linear. 12. Números relativos: Base fixa e base móvel. Mudança de base. 13. Números índices: Índices de preços e de Quantum-Laspeyres, Paasche e de valor. Mudança de base e de escala. Valores nominais e reais. Poder aquisitivo da moeda. 14. Séries Temporais: Representação gráfica das séries temporais. Classificação dos movimentos das séries temporais: tendência secular, variações sazonais ou estacionais, variações cíclicas e variações aleatórias. Avaliação de tendência. Avaliação das variações sazonais. Previsão.

## **VII. NOÇÕES DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: 15 QUESTÕES**

1. Conceitos fundamentais: dados, informações e conhecimento. 2. Sistemas de informações gerenciais. 3. Sistemas integrados de gestão. 4. Sistemas de apoio à decisão. 5. Business Intelligence. 6. Ferramentas de gestão de TI: Bancos de dados, Mineração de dados. 7. Governo Eletrônico (e-gov).

## **VIII. NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO: 10 QUESTÕES**

### **a) Direito Constitucional**

1. Constituição: conceito e classificação; poder Constituinte; interpretação, integração e aplicabilidade das normas constitucionais. 2. Controle da constitucionalidade. 3. Dos princípios

fundamentais. Direitos e Garantias fundamentais. 4. Organização do Estado Brasileiro. Divisão espacial do poder. Estado Federal. Organização político-administrativa: União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Repartição de Competências. 5. Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Poder Executivo e Poder Judiciário. Processo Legislativo. Funções essenciais à Justiça. 6. Tribunais de Contas: dispositivos das Constituições da República e do Estado. 7. Administração Pública. Regime Jurídico da Administração Pública. Órgãos e agentes públicos.

**b) Direito Administrativo**

1. Administração Pública. Conceito. Natureza. Princípios básicos. 2. A organização administrativa. Administração direta e indireta. Centralizada e descentralizada. Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista. 3. Poderes da Administração: vinculado; discricionário; hierárquico; disciplinar; regulamentar; poder de polícia: conceito, finalidade e condições de validade. 4. Ato administrativo: conceito; requisitos; classificações; atributos; pressupostos e espécies. Motivo e Mérito. Validade e eficácia. Legitimidade. O interesse público. Revogação, anulação e invalidação. 5. Licitação: conceito, finalidades, princípios. Hipóteses de obrigatoriedade, de dispensa e de inexigibilidade. Procedimentos e modalidades. Pregão (Lei n 10.520/2002). Revogação e anulação. Sanções. Normas gerais de licitação. Objeto da licitação, adjudicação. 6. Contratos Administrativos: conceito, requisitos substanciais e formais. Peculiaridades e interpretação. Formalização, execução, controle, inexecução, alteração, rescisão e nulidade. 7. Agentes Públicos. Servidores Públicos. Normas constitucionais concernentes aos servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos. Processo disciplinar. Sindicância e Inquérito. Regime Jurídico dos Servidores do Estado do Rio Grande do Sul: disposições constitucionais e da Lei Complementar Estadual n. 10.098, de 1994, com alterações posteriores. 8. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. 9. Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

## ANEXO II

### DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011

(folha 1/2)

### INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Nome: \_\_\_\_\_

Nº Inscrição: \_\_\_\_\_

Prova Recorrida: \_\_\_\_\_

Nº Questão recorrida: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do candidato

**FORMULÁRIO DE RAZÕES:**

QUESTÃO Nº \_\_\_\_\_: \_\_\_\_\_

**RAZÕES:**

**ANEXO III  
DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011**

**REQUERIMENTO DE ATENDIMENTO ESPECIAL PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ e  
CPF nº \_\_\_\_\_ solicito atendimento especial para  
realização das provas \_\_\_\_\_. Sendo  
necessárias as seguintes providências:

- 1.
- 2.
- 3.

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

**Assinatura**

**ANEXO IV  
DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011**

**INFORMAÇÕES PARA ACOMPANHAMENTO DE LAUDO MÉDICO**

**Nome Completo:**

**Número Do Documento De Identidade (RG):**

**Número Do CPF:**

**E-Mail:**

**Número Do Telefone Para Contato:**

**Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.**

**Assinatura**

Porto Alegre, 11 de abril de 2011.

Publique-se.

Edelberto Machado Mendonça Neto,  
Diretor-Geral.

Eduviges Rogério de Souza,  
Diretor Administrativo.